

# MEDIDA EDUCACIONAL DA ENTURMAÇÃO: INTERFERÊNCIAS NA/DA AÇÃO PEDAGÓGICA

Ana Paula Duso<sup>1</sup>

Edite Maria Sudbrack<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho decorre da pesquisa Políticas Educacionais: uma análise dos efeitos da enturmação na região Norte do Rio Grande do Sul. O estudo orienta-se pelo Ciclo de Políticas Ball e Bowe (1991). O estudo valeu-se da análise documental, bem como de entrevistas e de um grupo focal nas escolas, nas quais ocorreu a enturmação. Justifica-se pela necessidade de avaliar os processos de formação de turmas no Ensino Fundamental Região pesquisada. Conclui-se que a escola pode ressignificar as políticas. Cabe ao pesquisador analisar as medidas educacionais tomadas, subsidiando ações futuras.

**Palavras – chave:** política educacional; enturmação; ciclo de políticas

## 1 PRIMEIRAS PALAVRAS

No cenário Educacional Latino-Americano, a universalização da educação básica revelou-se tardia, impelindo os países, a partir da década de 90, a voltarem os olhos, mais enfaticamente, a esta necessidade. No Brasil, em especial, esta é uma questão recente. O desenvolvimento de medidas educativas vertidas no cenário mundial, seguindo a tendência de outros estados nacionais, impõe um novo modo de intervenção de governos. Duas grandes conferências balizaram tais alterações na educação.

As medidas empreendidas no final da década de 90, configuram-se como um período candente de reformas nas intervenções do Estado na Educação. Nesta perspectiva, propugna-se que a educação desempenhe um papel imperativo na redução das desigualdades sociais, no acesso ao mercado de trabalho e na redução da pobreza. Considera-se, desse modo, que a elevação do nível geral de educação de um país concorre para formar trabalhadores mais flexíveis em interface com a produtividade. Estes aspectos integram a cartografia da educação brasileira, que se materializa na política educativa, através das reformas do sistema de ensino, que acolhem as orientações da esfera econômica. Neste contexto, as reformas em curso e as propostas de reforma para a gestão da educação, também são balizadas pelos pressupostos já anunciados. O impacto destas proposições nas políticas de educação perpassa as reflexões deste texto. Com efeito, o novo caráter e o perfil que as políticas educacionais vêm assumindo, assentam-se numa proposta de sociedade orientada pelos postulados do desenvolvimento econômico, alinhado ao

---

1 Bolsista CNPq – Acadêmica de Pedagogia - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI-Campus de Frederico Westphalen - anaduso@hotmail.com

2 Orientadora CNPq – Doutora em Educação – Professora do Departamento de Ciência Humanas - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI-Campus de Frederico Westphalen - sudbrack@fw.uri.br

novo quadro produtivo mundial. A prática econômica parece ser a razão soberana deste início de século, traduzindo-se num grande metarrelato desta etapa histórica. Seu efeito regulador alcança a educação para imprimir-lhe uma dimensão mercadológica. O endeusamento do mercado acaba de sofrer um grande golpe com a crise econômico-financeira mundial, originada nos Estados Unidos da América e expandida para o restante do mundo, traçando novos contornos ao capitalismo. Embora o modelo predominante seja mercadológico, vicejam tensões entre grupos que buscam orientações diversas para as políticas educacionais e seu processo de formulação, que merecem ser, igualmente, examinadas.

As questões deste estudo articulam-se ao surgimento de um novo conceito de políticas educacionais. Experimenta-se, na atualidade, um empréstimo de políticas da área econômica para a educação, presenciando-se a redução da concepção de políticas do Estado-Nação, reduzindo-as a uma única concepção, ou seja, voltadas para a competitividade econômica, abandonando-se, portanto, os objetivos sociais da educação. A educação parece restringir-se, com efeito, às prescrições da economia. Sob este pano de fundo, a formulação de políticas educativas, na lógica da competitividade e da eficácia resultam em decisões dos gestores que carecem de avaliação científico-pedagógica.

Pelo fato de que a Política Educacional trata de um fenômeno social que impacta sobre a vida das pessoas, por se configurar como um conjunto de fatores históricos e, por vezes, contraditórios, entre grupos distintos, é objeto de interesse de pesquisa. Sua abrangência alcança desde a sala de aula até os grandes planejamentos educacionais (CURY, 2001). Embora o Poder Público não seja o único formulador de Políticas Educacionais, nesta investigação, pretende-se incidir a análise sobre as políticas de Estado.

A proposta metodológica inscreve-se, numa abordagem qualitativa e descritiva, valendo-se da análise documental e da constituição de grupo focal<sup>3</sup>. Pesquisa qualitativa encara a realidade social como dinâmica, envolvendo interação e não separação entre sujeito e objeto.

A análise de Santos (2000), acerca do projeto de sociedade, faz uso da imagem dos espelhos, afirmando que os espelhos da sociedade não são reais, mas virtuais. Entre estes espelhos cita as normas sociais, as ideologias, além da ciência, da religião, da educação, do direito, entre outros. Quando os espelhos deixam de ser objeto do olhar para serem eles próprios, olhar (idem p. 48), a sociedade entra em crise.

É neste momento de desequilíbrio, quando as Políticas Educacionais parecem, à semelhança dos espelhos, terem se tornado um fim em si mesmas, que se inicia a análise dos impactos de uma determinada política educacional, na perspectiva de antever indícios de superação. Nesta dimensão, a pesquisa “Entre a produção e a prática das políticas educacionais: um estudo da medida da enturmação na região norte do rio grande do sul”, propõe-se a refletir sobre o

---

3 O Grupo Focal possibilita a inserção do pesquisador no grupo envolvido na pesquisa, de forma a anexar questionamentos, rever posições dos sujeitos, verificação dos dados, nem sempre possíveis com um questionário ou com a abordagem individual. Os sujeitos da pesquisa são reunidos em grupos para reuniões quinzenais sobre a temática. Este grupo é denominado grupo focal.

processo de enturmação a partir dos impactos evidenciados pelos gestores das Escolas e pelos docentes.

Sabe-se que o Brasil, à semelhança da América Latina tem praticado uma macro política, voltada ao modelo de desenvolvimento econômico expandindo este modelo às políticas sociais. Tal adesão aos princípios das organizações internacionais traduziu-se numa política de consentimento presente nas mudanças constitucionais, nas medidas provisórias, nas reformas do Estado, afastando-o dos serviços públicos em geral. Neste sentido, a contribuição da sociedade civil insere-se para superar contextos de exclusão.

Para o propósito desta pesquisa propugna-se analisar o problema sob a perspectiva do ciclo de políticas de Ball (2001), qual seja, o contexto da influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Estes contextos estão inter-relacionados, envolvendo disputas e embates.

No seguimento do artigo, passamos a examinar a abordagem das Políticas Educacionais, na perspectiva do Ciclo de Políticas.

## 2 CICLO DE POLÍTICAS

Ciclo de Políticas é a denominação atribuída pelos pesquisadores ingleses da área de Políticas Educacionais Stephen Ball e Richard Bowe (1992) para compreender as Políticas Educacionais, enfatizando os processos micro e macro políticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas. Visa a atribuir importância à complexidade que cerca as Políticas Educacionais. Esta abordagem designada pelos autores apresenta uma possibilidade de entendimento mais minucioso do processo de Políticas, da sua criação até sua efetividade na prática. Focando a análise desde a formação do discurso de uma política até a interpretação dos sujeitos que a implementam.

Analisar as políticas educacionais, tendo como referência o ciclo de políticas, possibilita-nos compreender o todo, desde sua atuação num espaço micro até sua aplicação num contexto macro, apontando aspectos relevantes de cada contexto, seja o da influência, o da produção de texto e o da prática. A política é, de fato, constituída através de textos políticos e legislativos, expressando neles interesses e propósitos, que se pretendem atingir. É nas escolas e sociedade em geral, que essas políticas são concretizadas. Ou seja: “há uma variedade de intenções e disputas que influenciam o processo político”. (MAINARDES, 2006, p.49).

### 2.1 Contexto de Influência

O contexto de influência interfere nas políticas educacionais através de um discurso hegemônico, em que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação, veiculando ideias, valendo-se do espaço político e acadêmico, através de artigos em revistas, livros, conferências e exposições dessas ideias. É oportuno citar, que o patrocínio e a imposição de algumas soluções de problemas oferecidos por agências multilaterais como o Banco Mundial, FMI, UNESCO, entre outros, exercem influência sobre as políticas educacionais.

Também exercem função de interferência, as redes sociais envolvidas como os partidos políticos, do governo e do processo legislativo. Neste espaço podemos ressaltar, que os conceitos adquirem legitimidade, formando, dessa maneira, um discurso de base para a política e este exerce total influência através de sua veiculação na mídia. Comissões e grupos podem ser um lugar de articulação de influência, enfocando um determinado assunto e público alvo.

## **2.2 Contexto de Produção de Texto**

Este contexto mantém interface com o contexto da Influência. Entretanto, o contexto de influência está, diretamente associado, com propósitos mais estreitos e ideologias dogmáticas. Os textos políticos estão ligados ao interesse do público em geral, porém, ambos possuem seus objetivos um tanto quanto correspondentes, similares, objetivando, desta forma, conseguir através dos meios de comunicação, rádios, tv, jornal, internet, livros, entre outros, a veiculação de suas ideias.

Os textos veiculados, de acesso à população, nem sempre adquirem uma postura de total veracidade e coerência. Às vezes suas ideias revelam-se contraditórias, ou a ideia central intencionada pelo autor não é aquela que estava explícita, de fácil entendimento a todos. Assim, é importante ressaltar que “os textos precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local específico de sua produção”. (MAINARDES, 2006, p.52). O texto produz sentido, estabelece padrões, assumindo o papel de catalisador para a execução das Políticas Educacionais.

Analisar os apontamentos, considerando a verificação de tempo e local para a leitura do texto é imprescindível. O leitor precisa situar-se no contexto dessa produção dos textos, analisar de forma indagativa e, também crítica, a intenção do autor em escrever determinado conteúdo, conseguir ler nas entrelinhas o que não foi dito claramente. “Os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares de produção de textos competem para controlar as representações da política”. (BOWE apud MAINARDES, 1992).

É importante ressaltar que o entendimento do texto se dá no terceiro contexto, o contexto da prática.

## **2.2 Contexto da Prática**

Na dimensão da prática, a política está à mercê de interpretações e recriações de ideias e opiniões, o que pode ocasionar transformações na política original. Podemos visualizar a compreensão dos textos políticos produzidos no contexto da produção de textos, através de sua aplicabilidade.

Os profissionais, inseridos neste pressuposto, atuam na interpretação dos textos, elaboram sua compreensão acerca dos mesmos, levando em consideração suas histórias de vida, seus valores enquanto pessoa, os propósitos, as experiências adquiridas ao longo de sua trajetória, não assumem uma posição ingênua para interpretá-las. Esses aspectos contribuem para que as políticas sejam analisadas, tendo presente a possibilidade de reinterpretá-las e recriá-las, pois, no momento em que os textos são lidos pelos indivíduos, os mesmos têm autonomia para

dar o significado e o sentido que lhes convêm. Os autores dos textos não podem controlar o seu significado, podem mascarar a linguagem, mas o sentido interpretado pelos leitores não pode interferir e nem manipular, já que o entendimento varia de acordo com suas histórias, experiências, valores e propósitos, cada um compreendendo de uma maneira diferente. Considerando que os autores não podem manipular ou controlar os sentidos dos textos, podem gerar rejeição de algumas partes da escrita, ou até mesmo diferentes interpretações e conclusões.

Os professores e profissionais, em geral, devem assumir uma postura atuante no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais, tendo o poder de expor o que pensam e, através de ideias que acreditam, poder interferir neste processo de implementação das políticas.

No entendimento de que o Contexto da Prática representa uma possibilidade de reinvenção da Política Educacional, este relato enfoca prioritariamente o Contexto da Prática em suas análises.

### 3 INTERFRÊNCIAS NA/DA AÇÃO PEDAGÓGICA

A possibilidade de ressignificar as Políticas Educacionais, em que pesem as limitações estruturais e objetivas, representam oportunidades de recontextualizar as medidas educacionais. Os professores em suas escolas e cotidianos misturam elementos prescritos com releituras individuais, reorganizando-os em cada ação. Assim, os que propõe e os que implementam as medidas educacionais e as circunstâncias concretas estão por vezes distanciados, o que possibilita tal releitura.

Neste sentido, a categoria do Contexto da Prática de Ball e Bowe (2001) permite situar os modos como as dimensões da prática cotidiana criam formas de releitura e reconfiguração das Políticas Educacionais. A esse respeito, Oliveira (2003, p.11) ensina que: “em sua infinita rebeldia, o cotidiano não se deixa dominar por normas e regulamentos formais, exatamente porque as ações cotidianas, na multiplicidade de formas de sua realização não são e não podem ser repetidas no seu “como”.

Nesta perspectiva, a proposta metodológica vale-se também, do contato com a realidade através do grupo focal. Esta abordagem desenvolveu-se, a partir da formação de grupos de discussão com os sujeitos da pesquisa, a partir de mediação feitas por textos, experiências de pesquisador e pesquisados, no sentido de colher novas informações, agregar dados, complementando as demais fontes. Neste sentido, foram constituídos 2 grupos de discussão, cujos resultados passamos a refletir.

Cabe reafirmar, a partir da análise realizada, que o trabalho em sala de aula tornou-se mais complexo com a enturmação, tendo em vista sua dimensão essencialmente administrativa e técnica. Assim, algumas escolas esteiaram-se no Projeto Pedagógico construído coletivamente, buscando, no contexto da prática, a ressignificação da medida.

No decorrer das reuniões do Grupo Focal, agora nominado de GF, percebe-se na fala de alguns: “o grupo de professores dessa escola é unido, discutimos diariamente sobre a

educação em todos os seus aspectos e procuramos encontrar meios e soluções para alguns problemas”. (G.F)

O depoimento demonstra a responsabilização de professores pela problemática enfrentada pela escola. A procura de um novo significado para a instituição, baseada no voluntarismo dos docentes impõe-se pelo afastamento do Estado. Neste sentido, apontam também, a maior exigência no planejamento de aulas para turmas agrupadas “Quando há turmas multisseriadas, com é o caso dessa escola, as realidades são diferentes, os níveis de aprendizagem também são distintos, o que dificulta o andamento da aula” (Grupo Focal). Os docentes são enfáticos ao afirmar que não houve negociação ou consulta acerca da medida, mas imposição às escolas por parte da Secretaria de Educação.

Sabe-se que as Políticas Educacionais, neste caso, estão embutidas nos acordos provenientes dos financiamentos internacionais, destinados à maior produtividade escolar com menor custo, deixando em segundo plano outros fatores que impactam no desempenho escolar e que são múltiplos, de várias ordens, como social, cultural, econômico. Conforme Fonseca e Oliveira “a história recente da educação brasileira, mostra uma série de experiências que ilustra o esforço das comunidades e suas organizações no sentido de procurar um novo significado para a educação, mostrando ser possível arriscar um caminho inovador para a escola básica sem a tutela de agências internacionais” (p. 244)

A ascendência dos organismos internacionais está presente na fala de um docente do Grupo Focal, quando afirma que: “o governo aceita as ordens dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, quando há o empréstimo de dinheiro eles precisam cumprir ordens e mostrar resultado, a educação mais uma vez fica prejudicada” (GF).

O formato gerencial que está sendo implantado transparece nas falas do Grupo Focal, apontando que a escola está trocando seu papel de educar e ensinar pelo de gerenciamento, à semelhança da empresa. Assim “temos que correr atrás de notas fiscais, de rifas, de festas, para poder arrecadar dinheiro para compra de computadores, classes, DVD, som, entre outros” (GF).

#### 4 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo avaliar e analisar os processos de formação de turmas no ensino fundamental da Rede Estadual de Ensino na Região Norte do Rio Grande do Sul. Diante disto, podemos afirmar que a medida educacional da enturmação, operada no Rio Grande do Sul, requer análise e estudo aprofundado. A análise avaliativa de uma determinada Política Educacional revela-se fundamental para subsidiar o planejamento educacional.

A política educacional, enquanto uma das políticas sociais, é a aplicação da ciência política para o setor educacional. A referência à política implica em ideias e ações. A política, portanto, remete ao espaço em que se manifesta a politicidade da educação. Ainda, podemos destacar que as políticas educacionais têm por objetivo estabelecer mediações entre o sujeito e suas necessidades, aproximando diferenças entre capital e trabalho.



A implementação de políticas educacionais consequentes, como pode ser evidenciado no decorrer da pesquisa, deve contribuir para uma educação de qualidade. Sua concretização dá-se através da gestão, por meio da qual as ações são criadas, viabilizadas e avaliadas. Seu propósito, portanto, é atender às diferenças entre as classes sociais, próprias de países capitalistas, visando a fazer frente às necessidades mais prementes da população, concorrendo para a produção e manutenção do bem-estar dos cidadãos.

É importante destacar, também, que as políticas públicas, neste caso da educação, são implantadas em meios a tensões, depositando nas mesmas a capacidade de superação e de gerenciamento das ações governamentais, o que, de fato, nem sempre acontece, ocasionando, por vezes, equívocos. Entre estes, podemos citar, a medida educacional, enturmação. Esta junção de turmas pode afetar, diretamente, a aprendizagem da criança, bem como o bom andamento das aulas, dificultando o processo ensino/aprendizagem.

Apostou-se entre as Categorias do ciclo de Políticas de Ball, no contexto da prática como possibilidade de recontextualizar as medidas educacionais no espaço dos sistemas escolares. Para Bernstein (1998), os textos emanados da esfera oficial, se partem ao serem inseridos nos contextos da prática. Podem também serem associadas a outros fragmentos de texto, construindo um novo sentido. Com efeito, a recontextualização representa uma possibilidade de articulação entre o micro e o macro no âmbito das políticas educacionais.

A proposta da medida educacional da enturmação é visualizada pelos docentes como intervenção na gestão, cerceamento dos critérios pedagógicos de formação de turmas. Com efeito, tal política de caráter diretivo e regulador, não encontra eco nos preceitos da gestão democrática e do respeito ao projeto pedagógico constituído pela escola de forma participativa, em consonância com a lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Ainda, podemos concluir, a partir da coleta e geração de dados, que parte dos entrevistados expôs sua indignação frente a essa medida educacional, a enturmação. Apontam que a mesma trouxe apenas prejuízos para a educação, para as escolas e, também, para a aprendizagem dos alunos, principalmente no que tange ao atendimento individualizado e na relação professor e aluno.

Estudamos no decorrer da pesquisa que as políticas públicas têm objetivo de atender às necessidades da população. Porém, não é isso que podemos observar com a política educacional da enturmação, ela não parece estar contribuindo para uma educação de qualidade, no momento em que se colocam trinta, ou mais alunos num 1º ano, por exemplo, na mesma sala de aula, o atendimento individualizado necessário ao aluno fica limitado, já que nesta fase, a criança está desenvolvendo suas habilidades da escrita, do seu raciocínio lógico matemático, construindo conceitos para sua aprendizagem, formando sua personalidade.

É importante ressaltar, também, referente aos dados analisados, que é imprescindível a escola fazer uso de sua autonomia para ressignificar a aplicação da política educacional, assim podemos sugerir que:

As escolas sempre representaram as propostas das macropolíticas educacionais. Com

esta afirmação queremos fazer menção aos processos pelos quais as escolas traduziram as propostas, interpretaram-nas, quebraram-nas, encontraram nelas interstícios não imaginados sobre os quais estenderam sua autonomia, mumificaram-nas, fetichizaram-nas banalizaram-nas, superaram-nas, aproveitando suas potencialidades. [...] não só exclusivamente as medidas em si que definem ou decidem as verdadeiras mudanças, mas a forma na qual elas coletivamente se elaboram, produzem, redefinem e acabam por serem ajustadas [...]. (FRIGERIO, 2002, p.193).

Reitera-se portanto, que, não são apenas as políticas educacionais que definem os rumos, ou as atividades no ambiente escolar, mas quem tem o poder de ressignificá-las, dar sentido à sua prática e, ainda, fazer a diferença, são, sem dúvida, os docentes e os profissionais que atuam na escola. Ressaltamos, novamente, a importância de estudar e compreender o ciclo de políticas, cujos contextos apontam para:

Uma síntese crítico-reflexiva demonstra que as políticas sociais, entre elas as políticas educacionais, são estabelecidas pelas instituições financeiras internacionais, com a anuência dos governos e das elites conservadoras locais, para as comunidades científicas e educacionais de maneira prescritiva, objetiva ou dissimuladamente, e, não sem resistências e alterações, são executadas, alteradas e assimiladas pela sociedade. (SILVA, 2002, p.96)

De acordo com as palavras de Silva, anunciamos que as políticas educacionais implantadas têm interferência dos organismos internacionais, porém são efetivadas com o consentimento dos governos. E são aceitas sem questionamentos ou, até mesmo, pouco analisadas, criticamente, pela sociedade em geral.

A escola tem um importante papel no exercício da autonomia relativa, para avaliar e mudar o que lhe é imposto, como por exemplo, em relação à medida educacional da enturmação. A instituição pode encontrar meios de mudar ou tomar decisões na escola que podem dar outro rumo para as atividades de sala de aula.

O que podemos perceber, também, na análise dos dados deste estudo é que alguns gestores mantêm uma postura indiferente diante da medida educacional, não mostrando interesse em mudar, apenas alegando dificuldades em trabalhar com turmas numerosas, porém não apontam possíveis soluções para melhorar determinada situação. Não podemos apontar os motivos de tal atitude, mas podemos dizer que se todos os professores juntos planejassem poderiam amenizar a situação das escolas. Talvez fosse um bom começo para se ter uma educação de qualidade nelas, na perspectiva de que o professor é o grande mediador não só do conhecimento, da relação professor aluno e das decisões macro políticas. As políticas e a gestão da educação devem convergir para a aprendizagem de todas as crianças em prol de uma educação igualitária e de qualidade. Mas o que se observa é que as medidas educacionais no Brasil vêm sofrendo o mal da descontinuidade e carência de avaliação de seus impactos. Assim, cabe ao pesquisador estudar e analisar as decisões e as medidas tomadas, na intenção de subsidiar ações futuras e avaliar, realmente, se estas decisões e ações estão contribuindo para uma educação de qualidade para todos.

É oportuno salientar em relação ao Grupo Focal, a relevância dos encontros nas escolas, nas quais houve enturmação. Foi possível perceber a persistência em buscar uma educação de



qualidade por parte dos docentes envolvidos que atuam no espaço escolar, já que demonstraram alegria em ensinar, força de vontade em buscar o diferencial, lidam de forma crítica com a crise em que a educação se encontra hoje.

Durante a discussão foi possível perceber o interesse por parte dos docentes em ouvir e saber reconhecer qual era o objetivo do Grupo Focal e, junto com esse interesse, vinha a participação dos mesmos, através de fatos ou situações que eles vivenciavam em sua prática docente, o que é de grande valia para a construção da pesquisa, bem como para enriquecer o conhecimento de todos.

Percebe-se um apelo por parte dos professores em serem avaliados e analisados, principalmente quando há uma discussão sobre a situação dos mesmos e das escolas, a educação como um todo. Eles precisam ser ouvidos e, também, falar de seus posicionamentos. A discussão e o diálogo entre um grupo geram ótimas reflexões e estas, muitas vezes, apontam possíveis soluções para a prática docente.

É possível concluir então, que os docentes participantes dos encontros do Grupo Focal aderiram à pesquisa com entusiasmo, enquanto uma das possibilidades de trazer soluções para enfrentar as dificuldades com a educação e a escola. Perceberam que cada um, com sua parcela de contribuição podem auxiliar na melhoria no setor educacional, e isto foram percebendo no decorrer dos encontros. Refletiram que nas entrelinhas estavam as respostas para os questionamentos.

No decorrer da discussão os professores mencionaram que o governo não parece ter interesse em melhorar as escolas e por consequência a educação no país, visando o que é de seu interesse, tal como cumprir ações regulatórias. Isto causa revolta entre os docentes.

Afirmam os entrevistados que a Universidade tem o grande desafio de formar profissionais críticos, criativos, inquiridores que almejam um futuro promissor, que lutam por uma educação de qualidade para todos. Ainda, apontam o fato de que a saúde dos professores está prejudicada, pois o seu ritmo está acelerado, não há tempo para a pausa e a reflexão.

A avaliação de uma política educacional e sua implementação torna-se imprescindível para o desenvolvimento de formas e instrumentos de qualificação do processo. Embora ainda convictos da fragilidade teórica presente na análise, o estudo sucessivo deste caso empírico e de outros, contribuirá com a ampliação do arcabouço teórico, ampliando a validade dos estudos e a compreensão da realidade.

De igual forma, temos presente um certo distanciamento entre o que se produz no universo acadêmico e a concretude das ações no sistema de ensino, visto que não há uma relação linear e imediata entre ambos. Além da dimensão da comunicação e acesso aos conhecimentos produzidos, Gatti (2001, p.77), afirma que: “o conhecimento oriundo das reflexões e pesquisas na academia socializa-se não de imediato mas, em uma temporalidade histórica, e essa história construída nas relações sociais concretas, seleciona aspectos dessa produção no seu processo peculiar de disseminação e apropriação”.

Entende-se que o desafio desta pesquisa é ampliar a integração entre a Universidade e o Sistema de Ensino, aproximando-os do fazer pedagógico, além da proposição conjunta de

alternativas inovadoras. Estas questões sempre recorrentes da sociedade em relação a academia e vice-versa, precisam ser trazidas à tona para reduzir o distanciamento entre a Universidade e os problemas práticos.

Assim, concluindo, podemos dizer que o trabalho com o Grupo Focal é de extrema significância para a solidificação da pesquisa. As discussões contribuem para a construção do referencial teórico, bem como para o enriquecimento do estudo, uma vez que, quando pesquisamos na fonte e os sujeitos viram interlocutores diretos das discussões, percebe-se que o trabalho adquire um caráter mais real.

Deslocar-se até as escolas e vivenciar um pouco da realidade junto com o corpo docente acresce nosso conhecimento, principalmente no que tange ao retorno da pesquisa para aqueles que contribuíram com sua opinião para a realização da mesma.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Janete M. Lins De. **A Educação como política pública**. 3ªed. Campinas: Autores Associados, 2004
- BAUER. M. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002
- BERNSTEIN, Brasil. **Pedagogia, control, simbólica e identidade**. Teoria, investigación y crítica. La Coruña: Fundacion Paideia; Madrid: Ediciones Marota, 1998.
- BRASIL, Lei 9394, de 20 de Dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases para Educação Nacional**.
- DISTRITO FEDERAL, Câmara Legislativa (2002). Parecer nº 1400/2002.
- FRIGERIO, Graciela. **A Gestão dos Sistemas Educativos**. In: UNESCO, OREALC. **Educação na América Latina: análise de perspectivas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- GATTI, B. **Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo**. Cadernos de Pesquisa. Nº 113, p.65-81, julho de 2001.
- LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. 4ªed. Petrópolis: Vozes, 2008,
- LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de Gestão Educacional**. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 2008,
- LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional**. Uma questão paradigmática. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 2007,
- LÜCK, Heloísa; FREITAS, Siqueira, Kátia de; GIRLING, Robert; KEITH, Sherry. **A Escola Participativa**. O trabalho do gestor escolar. 4ªed. Petrópolis: Vozes, 2007, MACHADO, Rita de Cássia de Fraga. **Autonomia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. IN STRECK, Danilo R. (Org). **Dicionário de Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MAINARDES, J. **Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma Contribuição para a Análise de Políticas Educacionais**. Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol.27, n.94, p.47-69, jan/abr. 2006.
- MARTINS, Clélia. **O que é política educacional**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- MELLO, M. **Pesquisa Participante e Educação Popular: Da Intenção ao Gesto**. Porto Alegre: Ed.I. PPDA, 2005.

RIO GRANDE DO SUL, Lei Nº 11.695, de 10 de Dezembro de 2001. **Lei de Gestão Democrática.**

Rio Grande do Sul, Secretaria da Educação. **Of. Circ.20ªCRE/GAB/Nº0090/07.** Palmeira das Missões, 2007.

SILVA, Maria Abadia Da. **Intervenção e Consentimento:** a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: FAPESP, 2002.

SUDBRACK, Edite, M. **Relatório de Pesquisa.** Frederico Westphalen, 2009.

TOMMASI, Livia DE; WARDE, Jorge, Mirian. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.** 2ªed. São Paulo: Cortez, 1998,.